

# Falta de mão-de-obra na construção: que soluções?



**Manuel Reis Campos**

Presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

A falta de mão-de-obra especializada sendo um problema estrutural que a economia portuguesa enfrenta, é uma situação transversal a todas as atividades, mas sentida com particular relevância no Setor da Construção. Tal como temos afirmado, as nossas empresas têm necessidade de cerca de 70 mil trabalhadores especializados, para responder à procura criada, designadamente, pela dinâmica da Reabilitação Urbana. Por outro lado, quando se discute o Plano de Investimentos 2030, perspetivam-se investimentos estruturantes que vão exigir mais trabalhadores.

Impõem-se, assim, soluções para suprir esta escassez. A importância dos Centros de Formação Profissional, como é o caso do CICCOPN, Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte é manifesta. A formação tem sido sempre uma preocupação central e a criação dos Centros de Formação veio colmatar a carência evidente do ensino tradicional, em formar trabalhadores e técnicos especializados nas mais diferentes áreas do Setor.

Atendendo ao desígnio da sua criação, estes Centros são a melhor forma de assegurar uma efetiva ligação da formação profissional às necessidades de mão-de-obra especializada nas empresas.

Vivemos um desenvolvimento ímpar, ao nível dos desafios tecnológicos, nomeadamente com a introdução de novos materiais e metodologias inovadoras, da eficiência energética, da automação da informação na construção, da digitalização da construção,

da reabilitação urbana e internacionalização. São novas realidades que exigem uma forte e crescente aposta na formação profissional e na criação de uma estratégia de atração de jovens qualificados para Setor da Construção. Por outro lado, os Centros de Formação podem constituir um importante elo de ligação com os Países de Língua Oficial Portuguesa, captando, através de acordos subscritos pelos respetivos Governos, os jovens provenientes destes países, que podem constituir um ativo fundamental para as nossas empresas.

A par da dinamização dos Centros de Formação Profissional, no imediato, para fazer face ao grave problema da escassez de mão-de-obra, torna-se essencial criar um Regime Especial de Mobilidade Transnacional, que permita às empresas nacionais trazer para Portugal trabalhadores que já estão, atualmente, a trabalhar em empresas portuguesas instaladas no exterior. São trabalhadores que fazem parte dos quadros destas empresas e que deveriam poder prestar o seu trabalho, em Portugal, para os seus atuais empregadores.

Por outro lado, torna-se, ainda, essencial promover a recolocação no mercado de trabalho dos cerca de 36 000 profissionais oriundos da Construção e do Imobiliário que se encontravam registados, de acordo com os últimos dados, nos Centros de Emprego do IEFP. São trabalhadores qualificados que representam um ativo substancial para as empresas e que, como tal, devem voltar a ser enquadrados nas empresas do Setor da Construção e do Imobiliário.